

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CINTHYA LAÍS SANTANA MENDES

EDNA PEREIRA DE LIMA LINS

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UFAL SOBRE O SPED – SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL: CAMPUS MACEIÓ**

MACEIÓ 2021

CINTHYA LAÍS SANTANA MENDES
EDNA PEREIRA DE LIMA LINS

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UFAL SOBRE O SPED – SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL: CAMPUS MACEIÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial para
obtenção de título de Bacharel em
Ciências Contábeis, sob a orientação da
Prof.^a Mestre: Alexandra da Silva Vieira.

MACEIÓ 2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade

M538a Mendes, Cinthya Laís Santana.

Análise da percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da UFAL sobre o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Campus Maceió / Cinthya Laís Santana Mendes, Edna Pereira de Lima Lins , Maceió – 2021.

57 f. : il.

Orientadora: Alexandra da Silva Vieira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 49-53.

Apêndices: f. 54-57.

1. Estudantes universitários – Ciências Contábeis - Percepção. 2. Sistema Público de Escrituração Digital. I. Lins, Edna Pereira de Lima . II. Título.

CDU: 657

DEDICATÓRIAS

Dedicatória da Edna:

A Deus, minha base e fortaleza!

À minha mãe, Maria Pereira de Lima, por todo seu incentivo e amor!

E ao meu filho, Victor Gabriel de Lima Lins, por despertar o que há de melhor em mim!

Dedicatória da Cinthya:

A Deus pela vida e por sempre estar ao meu lado.

Dedico a toda minha família, em especial duas pessoas, são elas: minha avó Valdeci Alves de Santana, e à minha mãe Rita de Cássia Alves de Santana (em memória), por todo incentivo e ter me ensinado valores e princípios da vida. Muito obrigada por sempre estarem ao meu lado e me ajudarem a crescer profissionalmente.

Por fim, dedico ao meu esposo Adler Davi Santos de Menezes por me transmitir tanto amor e carinho, pelo apoio, paciência e compreensão durante essa caminhada. Obrigada por completar a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom de nossas vidas, e por nos dá forças e ajudar a superar todos os obstáculos encontrados durante o curso.

Aos nossos familiares, em especial, aos nossos pais, maridos e filho que nos incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam nossa ausência enquanto nos dedicávamos aos estudos e realização deste trabalho.

Aos amigos que conquistamos na faculdade e serviram de suporte nessa caminhada.

À nossa professora e orientadora, Alexandra da Silva Vieira, pelos ensinamentos e orientações.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que chegássemos até aqui.

O nosso muito obrigada!

RESUMO

MENDES, Cinthya e LIMA, Edna. **Análise da percepção dos estudantes do curso de ciências contábeis da UFAL sobre o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Campus Maceió.** 2021, 57 páginas. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Com os desenvolvimentos tecnológicos no mundo, considerando o setor contábil-fiscal, os procedimentos que outrora eram feitos de forma manual, passaram a ser realizados de maneira informatizada. Desse modo, foi instituído o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) com o intuito de proporcionar melhoria nos processos de interação entre a administração pública e as empresas em geral. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar a percepção dos estudantes do curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Alagoas, no campus Maceió, sobre o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. Este estudo é importante para que os profissionais da contabilidade percebam a necessidade de atualização diante das inovações tecnológicas. A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Alagoas. Foram dispostos dados obtidos através da aplicação de questionários online, utilizando o método da escala de Likert, enviados por e-mail e grupos de WhatsApp. A pesquisa foi realizada com alunos dos últimos períodos do curso de Ciências Contábeis. Por meio dessa pesquisa, ficou perceptível que muitos alunos não estão preparados para lidar com o SPED no mercado de trabalho e, possivelmente, precisarão de uma qualificação. É indispensável que os formandos em ciências contábeis estejam atentos às modificações que ocorrem com frequência no processo de escrituração contábil, pois a realidade tecnológica exige, cada vez mais, que os profissionais estejam capacitados, a fim de atender os anseios da empresa de manter a padronização de informações aos órgãos fiscalizadores e estarem aptos ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: SPED. Educação. Percepção. Estudantes. Ciências Contábeis.

ABSTRACT

MENDES, Cinthya and LIMA, Edna. **Analysis of the perception of students of the accounting science course at UFAL about SPED - Public Digital Bookkeeping System: Campus Maceio**. 2021, 57 pages. Federal University of Alagoas, Maceio.

With the technological developments in the world, considering the accounting-fiscal sector, the procedures that used to be done manually, started to be performed in a computerized way. Thus, the Public System of Digital Bookkeeping (SPED) was instituted in order to improve the interaction processes between the public administration and companies in general. Thus, this research aims to analyze the perception of students in the accounting sciences course at the federal university of alagoas, on the Maceió campus, about SPED – Public Digital Bookkeeping System. This study is important for accounting professionals to realize the need to update in the face of technological innovations. The research was carried out at the Federal University of Alagoas. Data obtained through the application of online questionnaires were arranged, using the Likert scale method, sent by email and WhatsApp groups. The survey was conducted with students from the last periods of the Accounting course. Through this research, it was noticeable that many students are not prepared to deal with SPED in the labor market, and possibly will need a qualification. It is essential that accounting graduates be aware of the changes that frequently occur in the bookkeeping process, as the technological reality increasingly requires that professionals be trained in order to meet the company's desire to maintain standardization of information to Organs supervisory bodies and be able to work in the labor market.

Keywords: SPED. Education. Perception. Students. Accounting Sciences.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Faixa etária	35
Gráfico 2: Sexo	35
Gráfico 3: Turno de estudo	36
Gráfico 4: Período de curso	36
Gráfico 5: Fez o Enade?	37
Gráfico 6: Estágio e área de estágio	37
Gráfico 7: Atualmente trabalha na área? Qual segmento?.....	38
Gráfico 8: Já ouviu falar do SPED? Qual segmento?	38
Gráfico 9: Nível de conhecimento sobre o SPED	39
Gráfico 10: De que forma o tema foi abordado na instituição?.....	39
Gráfico 11: Na sua visão, de que forma a instituição deveria abordar os assuntos relacionados ao SPED?	40
Gráfico 12: Você acha importante conhecer o SPED?.....	40
Gráfico 13: Para quem você considera mais importante o SPED?	41
Gráfico 14: O SPED é formado por módulos concentrados nas áreas de tributos estaduais, federais, obrigações sociais e contábeis. Quais das opções fazem parte dos módulos SPED?.....	42
Gráfico 15: Qual das alternativas se aproxima dos objetivos do SPED?.....	42
Gráfico 16: Os livros fiscais físicos de registros de entradas, saídas e inventário foram substituídos, no SPED, por quem?.....	43
Gráfico 17: Qual tipo de obrigação o SPED é considerado?	43
Gráfico 18: A implementação do Sistema Público de Escrituração digital viabilizou a redução de custos administrativos relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias (custo de conformidade)	44
Gráfico 19: Você sente-se preparado para trabalhar com a dinamicidade do Sistema Público de Escrituração Digital?	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§ – Parágrafo

Art. – Artigo

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico

ECD – Escrituração Contábil Digital

EFD – Escrituração Fiscal Digital

EFD-Contribuições – Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS EFD-ICMS/IPI – Escrituração Fiscal Digital – ICMS/IPI

EFD-Reinf – Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais

E-Lalur – Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica

ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários

ENCAT – Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais

E-Social – Escrituração Digital da Folha de Pagamento e Obrigações Trabalhistas

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação.

IN – Instrução Normativa

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

NF-e – Nota Fiscal Eletrônica

NFS-e – Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PMATA – Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira

RFB – Receita Federal do Brasil

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

1.1 Contextualização e problemática	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 Justificativa	14
1.4 Estrutura da pesquisa.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	17
2.1.1 Histórico e conceitos gerais.....	17
2.1.2 Objetivos e benefícios do SPED.....	19
2.1.3 Módulos do SPED e seus usuários	21
2.2 Profissionais da contabilidade frente à nova realidade digital	30
2.3 Desafios enfrentados pelos contadores com a implantação do SPED	32
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	34
3.1 Tipologia da Pesquisa	34
3.2 Universo da Pesquisa.....	35
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e problemática

A sociedade passa por evoluções de acordo com o desenvolvimento de sua inteligência juntamente com o desenvolvimento científico (Batista, 2012). No contexto atual, a contabilidade está inserida nesses avanços, de maneira consideravelmente rápida, isto se deve ao fato de que essas evoluções advêm da necessidade do mercado em receber as informações em tempo hábil e com mais detalhes para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões. Segundo Ludícibus (1997, p.44) “através dos tempos, verifica-se que normalmente o grau de avanço da contabilidade está diretamente associado ao grau de progresso econômico, social e institucional de cada sociedade”.

Com os desenvolvimentos tecnológicos no mundo, considerando o setor contábil-fiscal, os procedimentos que outrora eram feitos de forma manual, passaram a serem realizados de maneira informatizada. Dessa maneira, o Governo Federal, tem utilizado a tecnologia para que haja padronização no recebimento de informações. Desse modo, foi instituído o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com o intuito de proporcionar melhoria nos processos de interação entre a administração pública e as empresas em geral, bem como possibilitar que todas as empresas possam manter e enviar seus Livros Fiscais, Demonstrações Contábeis e informações previdenciárias gerados a partir da escrituração.

O Sistema de Escrituração Digital é uma ferramenta criada pelo Governo Federal, onde através deste foi permitida a transmissão de informações fiscais e contábeis das empresas, facilitando o envio das obrigações acessórias para o Fisco. Neste projeto sistemático, o Governo se uniu às empresas com um objetivo comum: mudar a forma de emissão e armazenamento de documentos fiscais, além de alterar a escrituração fiscal e contábil, colocando todos definitivamente na era da informática (MARIANO; AZEVEDO, 2009).

Assim, surgiu a ideia de analisar a visão dos formandos no curso de ciências contábeis, em relação ao conhecimento adquirido através dos estudos ministrados em uma instituição pública sobre o SPED, visto que é de suma importância que os futuros contadores estejam atualizados quanto aos novos paradigmas propostos pela Receita

Federal, pois esta ferramenta será indispensável aos profissionais no que se refere à entrega dos dados contábeis e fiscais das empresas aos órgãos fiscalizadores.

O SPED é um avanço tecnológico que, pouco a pouco, atingirá quase todas as empresas do país e cujas exigências e procedimentos afetam significativamente a operação dessas organizações. (NASAJON E SANTOS, 2010, p.5).

No âmbito empresarial frente à era tecnológica, onde a informação gerada tem um valor inestimável para as empresas e o fisco, o profissional contábil tem um papel indispensável de intermediador entre fisco e contribuinte, como também na geração contínua das informações. Neste paralelo, o contador e o gestor ficam com a responsabilidade de ter melhor qualificação para atender a demanda ensejada pelo SPED. Por esse motivo, o profissional contábil precisa estar em constante aprendizado para lidar com as interferências governamentais e modificações nas legislações sociais, fiscais e previdenciárias.

A contabilidade, assim como todas as áreas profissionais, é atingida pelo fenômeno da globalização, e essa interação em tempo real exige que haja constante adaptação dos profissionais às inovações, isso devido à competitividade no mercado. Segundo Marion (2002, p.128), “o objetivo principal da Contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.”

Para execução das suas atividades com excelência, o contador busca entender a informação para criar oportunidades para os usuários internos e externos para que estes tomem as decisões corretas nos negócios. Por esse motivo, é muito importante que o profissional esteja atualizado aos procedimentos do Sistema Público de Escrituração Digital, pois o progresso provocado por esse nas elaborações das declarações fiscais, contábeis e econômico-financeiras, permite que o contador extraia informações sobre o patrimônio da empresa, e essas são essenciais para o processo de gestão das entidades.

Para Rocha e Carvalho (2012, p. 23-36) “a qualificação profissional é importante em todas as áreas, pois se manter informado é fundamental para uma profissão de sucesso”.

Diante do contexto abordado, tem-se o seguinte questionamento: **Qual a percepção dos formandos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - campus Maceió - sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a percepção dos formandos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Maceió, sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, definiu-se os objetivos específicos seguintes:

- Avaliar o nível de conhecimento, em relação ao SPED, dos alunos de Ciências Contábeis da amostra selecionada;
- Verificar se o formando está, segundo sua própria análise, preparado para trabalhar com a dinamicidade do SPED;
- Observar a experiência do estudante com o SPED no âmbito educacional.

1.3 Justificativa

O estudo justifica-se no tocante à análise do conhecimento do formando em contabilidade no que concerne ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), e torna-se importante para que os profissionais da contabilidade percebam a necessidade de atualização diante das inovações tecnológicas.

Com a inclusão da evolução tecnológica no âmbito empresarial, é possível presenciar desenvolvimento na forma como as empresas dinamizam seus processos internos que, por sua vez, relaciona-se diretamente nos resultados. A contabilidade também aderiu este procedimento e, a partir disso, foi possível repassar às

informações pertinentes à sua atividade com maior qualidade e rapidez. Segundo Almeida Filho (2014, p. 1):

Nos últimos trinta anos, aconteceram mudanças significativas na legislação tributária e nos procedimentos contábeis. As melhorias na forma de fazer a contabilidade de uma empresa, utilizando-se da tecnologia da computação (informação) trouxeram enormes benefícios para os profissionais da área.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi desenvolvido com o intuito de unir as informações em uma grande base de dados, onde por meio tecnológico foi possível aperfeiçoar a ideia dos arquivos digitais de maneira padronizada e permitir melhorias no sistema tributário, como também reduzir a sonegação fiscal. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2021).

Sobretudo, é importante considerar que esta pesquisa contribui de maneira complementar para o âmbito profissional e acadêmico, pois nota-se uma carência em pesquisas nessa área de conhecimento e a necessidade de verificar se os estudantes do curso de ciências contábeis do Campus de Maceió, estão preparados para o manuseio do SPED, pois este é um sistema que é fundamental para o exercício do profissional da contabilidade no seu relacionamento fiscal e contábil com os órgãos públicos.

1.4 Estrutura da pesquisa

A pesquisa divide-se em cinco seções, cujos tópicos interligam-se em assuntos relacionados à temática. Dessa forma, tem-se na introdução a contextualização e objetivos a serem alcançados em relação ao tema, seguido pelo referencial teórico, metodologia aplicada no estudo, análise dos dados e resultados obtidos. E por fim, são feitas as considerações finais e recomendações acerca da temática.

No primeiro capítulo será abordada a introdução, problemática e contextualização, os objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa. No segundo capítulo, trata-se do referencial teórico, onde está evidenciado o contexto histórico do SPED, incluindo sua criação, objetivos principais da implantação, benefícios e o que motivou a implantação do sistema. Logo em seguida, serão apresentados os módulos do SPED e os seus usuários.

No terceiro capítulo é destacado a tecnologia como importante ferramenta para o profissional contábil, bem como os desafios enfrentados com a implantação da nova

era digital. Considerando que, a tecnologia da informação é uma importante aliada da contabilidade moderna do século XXI, e, por sua vez, contribui para garantir um grau de pessoalidade, confiabilidade e confidencialidade das informações contábeis.

No quarto capítulo é abordado sobre a metodologia adotada, onde foi utilizado como mecanismo a leitura de artigos científicos, livros e monografias relacionadas ao tema e os procedimentos para o desenvolvimento deste estudo que foi realizado por meio de questionários, a fim de analisar o nível de conhecimento do formando em contabilidade acerca do SPED. Por fim, o quinto capítulo, trata-se dos resultados da pesquisa com os formandos em relação ao conhecimento adquirido em sua formação, seguindo da conclusão e as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os assuntos principais que fundamentam o desenvolvimento do estudo. À princípio, apresenta-se o histórico do Sistema Público de Escrituração Digital, como se deu sua evolução no decorrer dos anos, abordando suas principais mudanças, como também os benefícios propostos e os módulos que compõem o SPED, bem como os seus usuários.

Posteriormente, enfatiza-se informações relacionadas aos profissionais frente à nova realidade digital, considerando que outrora as informações eram passadas de formas manuais.

Por último, discorre-se sobre os desafios enfrentados pelos formandos em ciências contábeis com a dinamicidade desse sistema, considerando que este é uma importante ferramenta de controle do Fisco.

2.1 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

2.1.1 Histórico e conceitos gerais

No livro Era do Conhecimento, de Roberto Dias Duarte, (2009, Pág. 28), o Sistema Público de Escrituração Digital veio para desenvolver melhorias na escrituração contábil e fiscal, isto entre o fisco e o contribuinte, que “[...] é um conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras no sentido de obter informações sobre todas as operações das empresas em formato eletrônico, ou seja, a vigilância em tempo real por parte do fisco.”

O site da Receita Federal do Brasil traz a representação do SPED da seguinte forma:

Instituído pelo Decreto 6.022 de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital, fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007 – 2010), do Governo Federal, cujo propósito constituiu-se no avanço da informatização entre as empresas e o fisco. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2011)

Segundo Young (2009), o SPED é um novo instrumento de acompanhamento e fiscalização criado pelo Governo para garantir o cumprimento das obrigações acessórias que são transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias, buscando minimizar a sonegação fiscal e uma considerável diminuição nas obrigações acessórias.

Para tanto, o Sistema Público de Escrituração Digital tem sua raiz na Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro 2003, onde está disposto que as administrações tributárias da União, Distrito Federal e dos Municípios deverão atuar de forma integrada, no compartilhamento de cadastros e de informações fiscais na forma de lei ou convênio. Com isso, a partir dessa ideologia, foi intensificado os estudos para a criação de um sistema que pudesse atender a essa regulamentação.

Em julho de 2004, foi realizado o I ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, onde foi reunido o secretário da Receita Federal, os secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal e os representantes das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais, a fim de que fosse possível promover integração entre essas três esferas, bem como padronizar e melhorar a qualidade das informações, dentre outros ideais como cruzamento de grandes informações com dados padronizados, unificar procedimentos fiscais, ter maior eficácia na fiscalização, bem como racionalizar os custos da carga de trabalho operacional.

No entanto, só em agosto de 2005, quando foi realizado o II ENAT, em São Paulo, os secretários e representantes das três esferas do Governo, assinaram, os Protocolos de Cooperação nº 2 e 3, objetivando o desenvolvimento e implantação do SPED. É notório que todos esses encontros e estudos, foram fundamentais para criação do SPED.

O Sistema Público de Escrituração Digital é o resultado de grande modificação que serviu para integrar os projetos de escrituração contábil digital, escrituração fiscal digital e a NF-e, de modo a gerar prestação na forma em que as obrigações são passadas ao governo.

A modernização sistemática das obrigações acessórias, transmitidas pelas organizações aos órgãos fiscalizadores, garantiu a validade jurídica dos certificados digitais mesmo sendo em sua essência documentos eletrônicos. Haja vista que, de acordo com o Decreto 6.022 de 2007, o SPED é uma ferramenta que possibilita

unificar as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que estão na escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas.

2.1.2 Objetivos e benefícios do SPED

Com a implantação do SPED foi possível destacar muitos benefícios para as empresas, contadores e contribuintes em geral. Para Castro (2008), além da redução de custos com papéis, por exemplo, os contribuintes não precisariam mais perderem tempo no lançamento das informações que continham nas notas fiscais recebidas manualmente pelas empresas, pois todo o processo seria feito eletronicamente, isto por meio dos dados obtidos nos arquivos das notas fiscais eletrônicas. Ademais, houve diminuição de obrigações acessórias dos contribuintes, simplificação no fornecimento das informações aos fiscos e reduções nos erros humanos cometidos nas atividades manuais e repetitivas.

Não obstante, na nova era do conhecimento, o SPED possibilitou o desenvolvimento de uma percepção mais próxima da escrituração contábil e fiscal, na confluência entre o contribuinte e o fisco. No livro “O Brasil na era do conhecimento”, de Roberto Dias Duarte, o SPED é definido como “um conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras no sentido de obter informações sobre todas as operações das empresas em formato eletrônico, isto é, a vigilância em tempo real por parte do fisco.” (DUARTE, 2009, p.28).

Por sua vez, segundo Walter e Ribeiro (2008), o acompanhamento do fisco será de maneira mais eficaz, uma vez que haverá mais integração, com o partilhar das informações, diminuindo os custos e permitindo rapidez no acesso aos dados. Assim, haverá mais controle em relação a sonegação fiscal, logo irá gerar maior arrecadação.

Concordante à Sasso, *et al* (2011, p.2) “Os softwares oferecidos facilitam os trabalhos contábeis proporcionando rapidez e segurança nos 18 processos, evitando falhas e gerando maior eficácia das informações”, pois por intermédio dos softwares contábeis, foi possível a integração dos diversos departamentos ligados à contabilidade, como o departamento de pessoal, fiscal e contábil, além de gerar diversos relatórios para auxiliar na administração das empresas.

De acordo com o livro *Big Brother Fiscal III*, de Roberto Dias Duarte, (2009, p. 69), o SPED é uma ferramenta facilitadora que faz parte do projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que tem como perspectiva a implantação de procedimentos apoiados por sistemas de informações integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística. Por conseguinte, conforme o pensamento de Momm (2008, p.5), o SPED promove atuação integrada dos fiscos, racionaliza e uniformiza as obrigações acessórias para os contribuintes, como também tornar mais célebre a identificação de atos tributários ilícitos.

Tendo o SPED como mecanismo, foi possível verificar a desburocratização e a simplificação de processos relacionados ao controle e segurança jurídica das ações das empresas. Desse modo, segundo o sítio eletrônico da RFB (2007), o SPED consiste em modernizar o sistema atual do cumprimento das obrigações acessórias cuja finalidade é a transmissão pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores das informações fiscais, por meio da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo então a validade jurídica mesmo em sua forma digital.

Ademais, para Sasso *et al.* (2011), a geração de informações contábeis reais e íntegras permite ao Estado ter mais controle fiscal, a fim de diminuir a sonegação e consequentemente aumento na arrecadação, propiciando destinação desses recursos para sociedade.

Sendo assim, nota-se que com a implantação do SPED as empresas estarão mais vulneráveis à fiscalização. Por isso, os contadores deverão realizar uma análise minuciosa da situação da entidade, a fim de identificar os problemas e dar mais ênfase na correção dos processos internos. Pois, assim, evitarão problemas com possíveis informações divergentes, além de entregar informações mais precisas e fidedignas para auxiliar o gestor na tomada de decisão.

Segundo Nascimento (2013), havia algumas situações motivadoras para os contribuintes, como proporcionalidade de melhoria no ambiente de negócios para as empresas do Brasil, eliminação da concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas, promoção do compartilhamento de informações entre os fiscos e facilidades no relacionamento com o contribuinte, sustentação da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital

pelo contribuinte, redução dos custos para o contribuinte, e, por fim, ter mínima interferência no ambiente do contribuinte.

Deste modo, o Sistema Público de Escrituração Digital beneficia a todos e visa proporcionar mais transparência às operações das empresas e do governo, com o intuito de evitar atos ilícitos (NASCIMENTO, 2013).

2.1.3 Módulos do SPED e seus usuários

O SPED é um sistema modular que, de forma gradativa, no decorrer dos anos, vem se tornando obrigatória sua utilização por grande parte das empresas brasileiras, e de uma maneira ágil, é possível escriturar as informações fiscais, trabalhistas e contábeis da empresa em um formato especificado e padronizado, onde este é entregue em formato de arquivo digital no sítio da Receita Federal e esses dados são disponibilizados aos órgãos de registro e fiscalização.

O SPED surgiu a partir de três projetos principais: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (ECF) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) (Federal, Receita, 2020). A composição dos projetos destina-se a cada área de específica da empresa, conforme o enquadramento tributário.

Além dos três projetos principais mencionados, o SPED, ao longo dos anos, vem desenvolvendo diversos subprojetos, contabilizando doze produtos, onde cinco são relacionados aos documentos fiscais e sete às escriturações, que são esses: Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital/Contribuições (EFD Contribuições), Escrituração Fiscal Digital – ICMS/IPI (EFD ICMS/IPI), Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), e-Financeira, Escrituração Fiscal Digital Social (eSocial), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

2.1.3.1 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

A Nota Fiscal Eletrônica é um documento, que tem como principal objetivo documentar uma operação de circulação de mercadorias (geralmente entre pessoas

jurídicas) e é emitido e armazenado eletronicamente, [...] em formato XML (Guerra, 2019).

O Projeto Nota Fiscal Eletrônica foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias da Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2005, de 27/08/2005 (Receita Federal, 2020). Nesse protocolo foi atribuído aos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto NFe.

Assim, o projeto justificou-se pela necessidade de investimento público voltado para integração do processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos; a redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições; como também o fortalecimento do controle e da fiscalização.

Ainda seguindo informações do sítio da Receita Federal, o projeto trouxe vantagens e benefícios tanto ao fisco quanto aos contribuintes. Destacando-se o aumento na confiabilidade da Nota Fiscal, melhoria no processo de controle fiscal, redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito, diminuição da sonegação e aumento da arrecadação, rapidez no acesso às informações, eliminação do papel, entre outros.

2.1.3.2 Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e)

Conforme o pensamento de Martins et al. (2016), a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) refere-se a um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, cujo intuito é de documentar as operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio a consumidor final (pessoa física ou jurídica) em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente. Dessa maneira, a NFC-e entra como substituta da nota fiscal de venda ao consumidor.

De acordo com o site da Receita Federal, a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações comerciais de venda

presencial ou venda para entrega em domicílio ao consumidor final (pessoa física ou jurídica) em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente.

Para Guerra (2019), a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica se apresenta como uma alternativa, totalmente eletrônica, para os atuais documentos fiscais em papel utilizados no varejo, como o cupom fiscal e nota fiscal de venda ao consumidor. Assim, reduzindo os custos de obrigações acessórias aos contribuintes, e ao mesmo tempo em que possibilita o aprimoramento do controle fiscal pelas Administrações Tributárias.

2.1.3.3 Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)

Para Martins et al. (2016), a NFS-e é um documento digital, gerado e armazenado eletronicamente em pela Receita Federal do Brasil, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para realizar a documentação das operações de prestação de serviços.

No arquivo da NFS-e é utilizado o formato XML, onde é detalhado qualitativa e quantitativamente todos os itens de produto ou serviço contidos no documento (Campos, 2012). As informações requeridas podem atender a órgãos reguladores e de segurança pública. Esse projeto, segundo o Sítio da Receita Federal do Brasil (2020), visa o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias (redução do custo Brasil), em especial a dispensa da emissão e guarda de documentos em papel.

2.1.3.4 Conhecimento de transporte eletrônico (CT-e)

Segundo Martins et al. (2016), o CT-e trata-se de um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, cuja finalidade é o registro de uma prestação de serviços de transportes, tendo validade jurídica garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

Outro modelo de documento fiscal é o Conhecimento de Transporte Eletrônico, criado pelo Ajuste SINIEF 09/07 de 25 de outubro de 2007, onde é possível ser utilizado pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a fim de poder substituir os documentos fiscais, conforme a cláusula primeira do Ajuste citado, que são:

- I - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- II - Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- III - Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- IV - Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- VI - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7;
- VII - Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas – CMTC, modelo 26. (BRASIL, 2007).

Assim, seguindo pensamento de Guerra (2019) e conceito da RFB o CT-e é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte e tem como objetivo documentar uma prestação de serviços de transporte.

2.1.3.5 Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e)

Consoante à informação da RFB, o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) refere-se ao documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, para vincular os documentos fiscais transportados na unidade de carga utilizada, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pelo Ambiente Autorizador. “O seu objetivo é a utilização de um modelo nacional de documento eletrônico que substitui o convencional, e em papel, manifesto de carga” (Guerra, 2019).

De acordo com a definição exposta no portal do SPED, o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais tem como objetivo implantar um novo modelo nacional de documento fiscal digital de modo a substituir a atual emissão do documento em papel, isso com validade jurídica garantida pela assinatura digital do emitente. Convém

destacar que haveria simplificação nas obrigações acessórias, e ao mesmo tempo o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Em consonância à cláusula terceira do Ajuste SINIEF 21, instituído no dia 10 dezembro de 2010, o MDF-e deverá ser emitido:

I - Pelo contribuinte emitente de CT-e, modelo 57, de que trata o Ajuste

SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007; e

II - Pelo contribuinte emitente de NF-e de que trata o Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, no transporte de bens ou mercadorias realizado em veículos próprios ou arrendados, ou mediante contratação de transportador autônomo de cargas. (BRASIL, 2010).

O MDF-e deverá também ser emitido nos casos de transbordo, redespacho, subcontratação ou substituição do veículo, de contêiner ou inclusão de novas mercadorias ou documentos fiscais, ou em casos de retenção imprevista da carga transportada.

2.1.3.6 Escrituração contábil digital (ECD)

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e “nada mais é que a substituição da escrituração contábil convencional em papel, que apenas mudou sua forma de ser apresentada, no caso, saindo do papel para o meio digital” (Guerra, 2019).

Dessa forma, o Livro Diário e seus auxiliares, se houver, o Razão e seus auxiliares, se houver e os Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos, devem ser transmitidos via arquivo digital.

Análogo ao artigo 5º da Instrução Normativa RFB N° 1.474/2017, a ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração. Considerando o ano-calendário de 2019, a ECD deve ser entregue até o último dia útil de maio de 2020.

2.1.3.7 Escrituração fiscal digital ICMS e do IPI

Num passado não muito remoto, não existiam notas eletrônicas, as notas fiscais eram emitidas manualmente e a Escrituração Fiscal nada mais era do que o registro das operações fiscais (Guerra, 2019). Com a evolução tecnológica, essas operações fiscais, nas empresas, deixaram de ser manuais. E posteriormente, com advento do SPED, passaram a ser obrigatoriamente digitais. Nesse novo modelo o contribuinte irá gerar arquivos eletrônicos ao invés de fazer a impressão de livros.

Não módulo da EFD ICMS e IPI terá informações necessárias para apuração dos impostos relacionados às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Seu formato se dar por meio de um arquivo digital, assinado para garantia da sua validade jurídica.

Conforme o §3º do Ajuste SINIEF 02/2009, os arquivos a serem escriturados para a EFD são:

- I - Livro Registro de Entradas;
- II - Livro Registro de Saídas;
- III - Livro Registro de Inventário;
- IV - Livro Registro de Apuração do IPI;
- V - Livro Registro de Apuração do ICMS;
- VI - Documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP;
- VII - Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque. (BRASIL, 2009).

Recentemente foi divulgada pela Secretaria da Fazenda de Alagoas – SEFAZ/AL a Instrução Normativa nº 08 de 25/01/2021. Esta Instrução normativa dispensa a Declaração de Atividades do Contribuinte – DAC, a qual foi realizada para simplificar o trabalho do contador e evitar o envio em duplicidade de informações, bem como autenticação de livros fiscais na repartição fiscal para os contribuintes do Simples Nacional que aderirem voluntariamente ao envio da Escrituração Fiscal Digital, simplificando o cumprimento das obrigações acessórias.

A EFD, também chamada de SPED FISCAL é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS e do IPI. Cabendo-se destacar que o ICMS é um tributo de extrema importância para o país e representa grande percentual da parcela de arrecadação dos estados (Guerra, 2019).

2.1.3.8 Escrituração Fiscal Digital Contribuições (EFD – Contribuições)

A EFD Contribuições, de acordo com o sítio do SPED (2020), é um arquivo digital a ser enviado pelas pessoas jurídicas, referente às contribuições de PIS/Pasep e da

COFINS, nos regimes de apuração não cumulativo e/ou cumulativo, baseado no agrupamento de documentos que representam as receitas auferidas, assim como custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade.

A periodicidade de apresentação do arquivo da EFD Contribuições é mensal, devendo ser transmitido, após a sua validação e assinatura digital, até o décimo dia útil do segundo mês subsequente ao de referência da escrituração (Guerra, 2019).

2.1.3.9 E-financeira

Instituída pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.571, de 02 de julho de 2015, esse módulo trata-se de uma obrigação acessória relativa à obrigatoriedade na transmissão de informações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Convém destacar que a e-Financeira foi alterada algumas vezes e as regras que vigoram são àquelas intituladas pela IN nº 1.835, 03 de outubro de 2018.

Em conformidade à referida Instituição Normativa:

Art. 2º As informações serão prestadas mediante apresentação da eFinanceira, constituída por um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras.

[...]Parágrafo único. A e-Financeira deverá ser transmitida ao ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la, nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 4º Ficam obrigadas a apresentar a e-Financeira:

I - Às pessoas jurídicas:

- a) autorizadas a estruturar e comercializar planos de benefícios de previdência complementar;
 - b) autorizadas a instituir e administrar Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); ou
 - c) que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, incluídas as operações de consórcio, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia de valor de propriedade de terceiros; e
- II - Às sociedades seguradoras autorizadas a estruturar e comercializar planos de seguros de pessoas.

2.1.3.10 E-social

Criado através do Decreto nº 8.373 de 2014, o e-Social (Sistema de Escrituração

Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) é a forma pela qual a empresa informa de maneira padronizada e digital às autoridades fiscalizadoras em relação ao recolhimento e pagamento das obrigações de seus empregados. À exemplo têm-se as contribuições ao INSS e FGTS, visto que as informações deverão constar por meio do sistema.

Conhecido como um dos subprojetos do Sistema Público de Escrituração Digital, na parte trabalhista, com a padronização das informações não necessita mais que um auditor fiscal se dirija ao contribuinte em busca das informações e documentos. Por conseguinte, é a empresa que transmite aos órgãos fiscalizadores seus arquivos digitais via SPED, estabelecendo uma linha de comunicação em relação às questões trabalhistas e previdenciárias.

O e-Social é a escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. É o maior e mais complexo projeto do SPED, sendo planejado de forma conjunta por diversos órgãos e instituições, como o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional de Seguridade Social. (REICHERT, 2015, p.06)

2.1.3.11 Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD - Reinf)

Instituída no dia 14 de março de 2017, pela Instrução Normativa da RFB nº 1.701, a EFD – Reinf é uma escrituração de rendimento pagos e retenções advindas de imposto de renda, contribuição social, com exceção daquelas relacionadas ao trabalho e sobre a receita bruta das contribuições previdenciárias substituídas.

Em consonância ao pensamento de Martins et al. (2016), a Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFDReinf) foi criada recentemente para complementar os módulos do SPED, e é considerado como um complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

Em relação ao envio da informação, de acordo com a IN referida, no artigo 2º deverão enviar os seguintes contribuintes:

- I - Pessoas jurídicas que prestam e que contratam serviços realizados mediante cessão de mão de obra nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

- II - Pessoas jurídicas responsáveis pela retenção da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- III - pessoas jurídicas optantes pelo recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB);
- IV - Produtor rural pessoa jurídica e agroindústria quando sujeitos a contribuição previdenciária substitutiva sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural nos termos do art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, na redação dada pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001 e do art. 22A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, inserido pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, respectivamente;
- V - Associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional que tenham recebido valores a título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos;
- VI - Empresa ou entidade patrocinadora que tenha destinado recursos a associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional a título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos;
- VII - entidades promotoras de eventos desportivos realizados em território nacional, em qualquer modalidade desportiva, dos quais participe ao menos 1 (uma) associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional; e
- VIII - pessoas jurídicas e físicas que pagaram ou creditaram rendimentos sobre os quais haja retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), por si ou como representantes de terceiros. (BRASIL, 2017).

É importante enfatizar que o arquivo digital será transmitido ao Sistema Público de Escrituração Digital e sua validade será confirmada após o recebimento do conteúdo dos arquivos contidos.

2.1.3.12 Escrituração Contábil Fiscal (ECF)

Instituída pela IN da Receita Federal do Brasil N° 1.422, de 19 de dezembro de 2013, a ECF relaciona-se às operações inerentes à apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

De acordo com Martins et al. (2016), a ECF realiza a substituição da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de junho do ano posterior ao do período da escrituração no ambiente do SPED. Portanto, a DIPJ está extinta a partir do ano calendário 2014.

2.2 Profissionais da contabilidade frente à nova realidade digital

De acordo com Coelho (2012, Pág.1), em um cenário de tantas imprecisões e mudanças, é imprescindível que as organizações procurem por profissionais especializados para garantir mais conforto e fidedignidade nas referências. Por isso, é vital que os estudantes estejam atualizados às novidades nas ferramentas fiscais e contábeis, como o SPED. As empresas e o fisco têm buscado profissionais mais atualizados, com fundamento na tomada de decisão e no processo gerencial, bem como dispostos a enfrentar os variados desafios que são postos nas constantes mudanças fiscais.

Para Roberto Dias Duarte, em Big Brother Fiscal III, (2009, Pág. 69), as modificações são constantes, e os profissionais precisam redefinir os seus papéis. Com isso, a revolução do aprendizado está a caminho e traz consigo grande expectativa na geração econômica, buscando um desenvolvimento rápido para modificar as organizações e processos educacionais mais dinâmicos e produtivos. Todavia, apesar desse novo cenário valorizar o contador, estes precisam estudar-e adotar a cultura de ser eternos aprendizes, pois a área contábil-fiscal está em constante mudança.

Neste momento, é notório o consenso, no mundo empresarial, que a veracidade das informações compõe um dos maiores e mais valiosos ativos da empresa. Dessa maneira, é correto afirmar que uma organização mais atuante é aquela que na medida em que aconteça a evolução tecnológica, haja nela melhores sistemas de informações e, comumente, os profissionais da alta e média administração sejam capacitados e motivados a utilizarem estas informações para terem mais coerência nas tomadas de decisões. (FERREIRA, 2006).

Levando em consideração o fato de que o profissional contábil precisa adequar-se às constantes mudanças pertinentes ao setor fiscal, o SPED trouxe reflexos positivos para a contabilidade, onde foi possível verificar sob uma nova óptica à forma como outrora era feita. Desse modo, o contador, em busca de enquadrar-se nesse cenário inovador, vem evoluindo, porém precisa sempre desenvolver habilidades e competências, a fim de exercer seu papel de gestor de informações, estando envolvido na dinamicidade de projetos e na tomada de decisão da empresa. (SAITO e ABEL, 2015).

O Brasil é o país com a carga tributária mais alta da América Latina, conforme informações extraídas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016). Dessa maneira, para Pasa (2001) é indispensável que o profissional da área contábil aproveite os benefícios tecnológicos oferecidos, isto é, apontados nessa nova realidade de meios seguros de transmissão de dados, a fim de ser além de contador, um analista de informações, ou gestor dessas.

Em consonância ao pensamento de Silva (2003, p. 03), “o profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber o presente e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial.”

As constantes modificações advindas dos avanços tecnológicos mostram que no mundo dos negócios as informações verazes possuem um valor inestimável para as empresas e o fisco, devido a isso o profissional contábil tem um papel imprescindível em relação a passagem de informação entre o fisco e os contribuintes.

O contador apto para trabalhar com inovações utiliza seus conhecimentos para analisar as informações e facilitar estas para seus usuários internos e externos. Deste modo, já dizia Duarte (2009, p. 16) “a informação pura não é conclusiva, não transforma a empresa nem gera informações com finalidade para tomada de decisões. Porém, para que ela tenha valor, é necessário utilizar as habilidades humanas de análise e síntese.”

Deve-se considerar que, com o cenário inovador, o contador torna-se ainda mais importante para empresa, haja vista que este deixa de ser um mero apurador de tributos e passa a auxiliar diretamente o empresário na tomada de decisão. Com isso, os escritórios contábeis, por exemplo, passarão a ser vistos como locais de consultorias e peças fundamentais para alavancar os negócios da empresa. Assim, o próprio empresário ver a contabilidade como aliada ao futuro promissor da empresa e a positividade de seus resultados.

O sistema informatizado está cada vez mais presente no dia a dia do contador, onde, por sua vez, é firmado como ferramenta fundamental para a realização de suas atividades. Deste modo, a elaboração dos relatórios gerenciais, a desburocratização e agilidade no envio das informações proporcionam mobilidade ao contador, além de estreitar sua relação com o cliente. À vista disso, nota-se que a informatização dos

processos é um importante avanço para a profissão e possibilitou maior credibilidade aos profissionais.

2.3 Desafios enfrentados pelos contadores com a implantação do SPED

No que se refere aos desafios, o principal deles é a cultura das pessoas, uma vez que, na atualidade, a contabilidade tornou-se uma ciência que se faz necessária a aprendizagem de forma continuada. Com a chegada do SPED, houve mudanças significativas para o profissional contábil, bem como em relação a rotina das empresas no seu aspecto organizacional.

De acordo com Barbosa (2000, p. 2 apud CRUZ, 2004, p. 14), o contador deve ser:

[...] um elemento que integra a organização, também está inserido nesse contexto de mudanças, e vem sofrendo uma forte pressão diante das diversas alterações, pois a sua função está sendo reformulada a cada passo desse processo de transformação. Esse profissional deve buscar alternativas para agregar valor não só a empresa com o seu trabalho, utilizando a Tecnologia da Informação (TI) como uma aliada na aquisição e desenvolvimento de competências.

De acordo ao pensamento de Nasajon e Santos (2010, p.21) “Nos últimos 18 anos, a nossa legislação tributária mudou 220.000 vezes – mais de 50 alterações por dia útil – e essas mudanças foram seguidas por ações contábeis sequenciais, porque os métodos continuaram inalterados.” Segundo Alexandra Sá (2008), em seu blog, é informado que “no Brasil, existem mais de 170 obrigações acessórias que variam conforme o ramo de atividade da empresa, os tributos que ela recolhe e o estado onde ela se situa”.

Em consonância à Sasso, et al (2011, pág. 2) “essa evolução essa evolução atingiu as empresas em todos os seus segmentos, o que trouxe muitas mudanças que impactam na forma como estas são estruturadas, operam, comercializam e interrelacionam com outras”. Esse avanço nos processos sistemáticos nas rotinas contábeis, possibilita entender e pontuar a visão de Rodrigues (200, pág. 65):

Para satisfazer as exigências feitas pelo mercado de trabalho ao profissional contábil, é necessário que os profissionais estejam preparados, especializando por meio de cursos de aperfeiçoamento, inteirar-se diariamente, de todas as novidades da área em que atua que sejam práticos e objetivos que tenham praticas eficazes de gestão sabendo como orientar as

empresas mostrando o caminho a seguir e auxiliando nos processos de incertezas em face das mudanças cada vez mais rápidas e constantes, aumentando assim sua valorização profissional.

Além disso, convém destacar que com o advento do SPED, é indispensável que os profissionais estejam atualizados e devidamente capacitados para o uso dessa ferramenta, objetivando reprodução de informações com eficácia, e reduzindo problemas fiscais para às empresas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Buscando ter mais propriedade para diagnosticar pontos críticos que entendam a visão dos veteranos, foi realizado um questionário qualitativo para compreender como foi o desempenho destes no âmbito educacional. Assim, analisando os questionários respondidos pelos estudantes, foi possível angariar informações suficientes que viabilizem a formulação de medidas que possam estimular a melhoria de aprendizado, em relação ao SPED, na instituição escolhida. Assim, Vieira (2009) enfatiza que,

no sentido comum: “Na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças, o significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa. Para isso, procura interagir com as pessoas mantendo neutralidade. A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são, ainda, insuficientes.” (VIEIRA, 2009. p.5 e 6)

3.1 Tipologia da Pesquisa

Descrevem-se, na seção deste estudo científico, os métodos e os procedimentos que foram utilizados na elaboração da pesquisa, possibilitando aumentar a compreensão do estudo realizado (SILVEIRA, 2004). Dessa forma, o estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo, cuja qual Baruffi (2004) afirma que sua ênfase se dá sob condições dominantes ou sobre como o indivíduo, grupo ou coisa se conduz ou funciona no presente, utilizando-se, assim, da comparação e do contraste.

Nesta parte descrevem-se os procedimentos a serem seguidos, na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com a peculiaridade de cada pesquisa. Requer-se, no entanto, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos, como os que são apresentados a seguir: Tipo de pesquisa, população de amostra, coleta de dados, análise de dados. (GIL, 2002, p.162)

Conforme o objetivo geral proposto, esta pesquisa, quantos aos objetivos, é considerada descritiva-qualitativa, visto que, de acordo com Gil (1999), este tipo de estudo apresenta como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, como também estabelecer relações entre as variáveis através da interpretação do pensamento descrito e apresentação de seus

pressupostos implicados ao longo da pesquisa, por meio da utilização técnicas padronizadas de coletas de dados.

Além disso, utilizou-se outros mecanismos metodológicos, como: leitura de artigos científicos, livros, monografias e dissertações por meio eletrônico e impressas, acerca da pesquisa. Este tipo de ensinamento tem por objetivo organizar sistemas e modelos teóricos, além de reunir hipóteses e, por conseguinte, resgatar o aprendizado científico direcionado a um determinado problema (RODRIGUES, 2007).

No que se refere ao método de pesquisa foi adotado o modelo indutivo, no qual utiliza os dados específicos para uma verdade geral.

3.2 Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Alagoas, se tratando da única instituição pública na cidade de Maceió que oferece o curso de Ciências Contábeis. A escolha da instituição se deu, principalmente, pelo fato desta ter obtido, no ano de 2019 nota 4 no ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes no Ensino Superior.

Considerando a forma de elaboração desta pesquisa, foram dispostos dados obtidos através da aplicação de questionários online, enviados por e-mail e grupos de WhatsApp. Devido à pandemia do corona vírus, não houve aplicação de questionários presenciais, já que há instituições fechadas, e algumas estão mantendo aulas na modalidade EAD – Ensino à Distância.

Os questionários foram elaborados utilizando-se o método da escala de Likert com questões objetivas, agrupando-se da seguinte forma:

- Primeira parte relacionada ao perfil dos respondentes;
- Segunda parte relacionada especificamente ao tema abordado.

A escala de Likert consiste em um método utilizado, frequentemente, em pesquisas de opinião, onde é possível obter respostas positivas ou negativas através da aplicação de questionários, tendo uma série de afirmações sobre determinado assunto. Para cada item ou afirmação tem-se respostas no seguinte formato: concordo totalmente, concordo, não concordo nem discordo, discordo e discordo totalmente.

Por intermédio dessa forma de avaliação, foi possível perceber o grau de concordância ou discordância do respondente acerca do tema abordado.

(LIKERT, 1932 *apud* OLIVEIRA, 2001).

“O principal benefício da escala de Likert é que ela dá ao pesquisador a opção de considerar as respostas para cada afirmação separadamente, ou de combinar as respostas para produzir um resultado geral.” (SCHIFFMAN e KANUK, 2000, p. 25)

O questionário foi composto por 19 (dezenove) questões elaboradas para verificação do nível de conhecimento dos formandos em relação ao SPED.

Foi solicitada à coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas um relatório contendo o número de alunos cursando o último ano. O relatório apresentou um total de 68 alunos. Desse universo, obtivemos um retorno de 44 alunos respondentes, representando um percentual aproximado de 65% de respondentes.

O período da pesquisa se deu entre os meses de fevereiro à maio do ano de 2021.

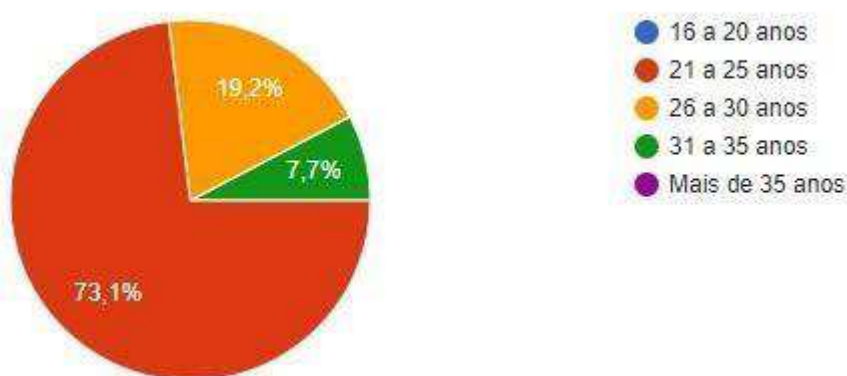
De acordo ao pensamento de Vieira (2009. P. 103 e 104):

Questionários devem ser submetidos ao pré-teste na forma que serão utilizados. Quando você terminar de escrever o questionário, precisará de alguns respondentes para fazer um teste. Um antigo ditado diz ser prudente dormir com a carta debaixo do travesseiro antes de enviá-la.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados da pesquisa, organizados a fim de caracterizar os formandos com relação ao conhecimento adquirido a respeito do SPED. Em seguida é demonstrado o perfil dos respondentes, o grau de escolaridade e sua relação com SPED na instituição de ensino. Nos subitens seguintes são feitas as análises descritivas dos dados coletados na pesquisa.

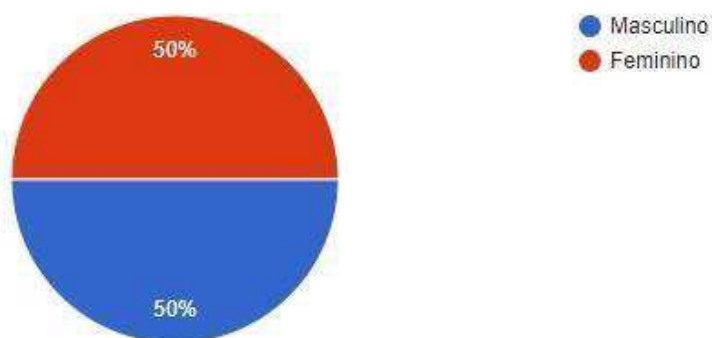
Gráfico 1: Faixa etária



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

O gráfico acima demonstra a faixa de idade dos formandos, sendo classificado por percentual. A maior parte dos respondentes, que representa 73,1% tem entre 21 e 25 anos.

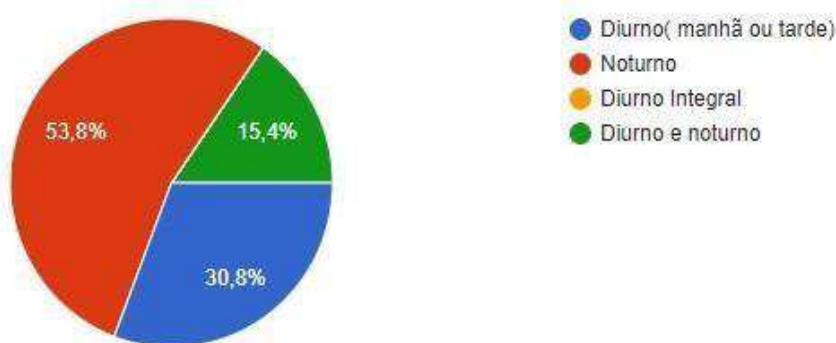
Gráfico 2: Sexo



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Dentre 44 alunos que responderam ao questionário, 50% são homens, representando 22 respondentes, e os outros 50% mulheres que representam 22 respondentes, totalizando 44 respondentes.

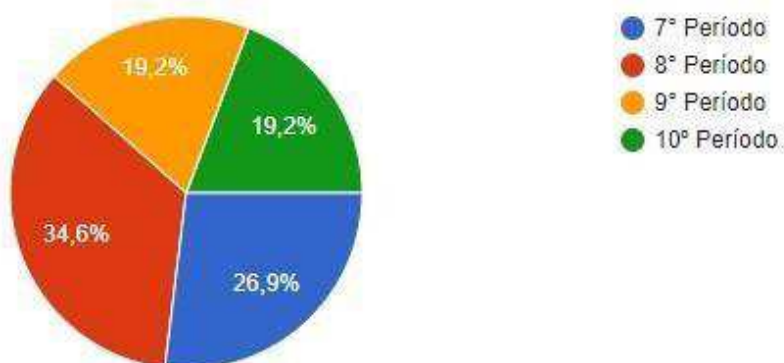
Gráfico 3: Turno de estudo



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

A pesquisa evidenciou que 53,8% dos respondentes são do turno noturno, 30,8% são do turno da manhã e 15,4% estão entre manhã e noite.

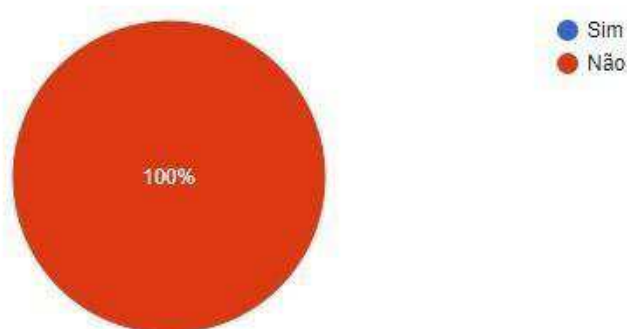
Gráfico 4: Período do curso



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

A pesquisa mostra que o maior percentual, 34,6% dos respondentes está no 8º período do curso. Sendo 26,9% está cursando o 7º período, 19,2% estão cursando o 10º período e 19,2% está cursando o 9º período.

Gráfico 5: Fez o Enade?



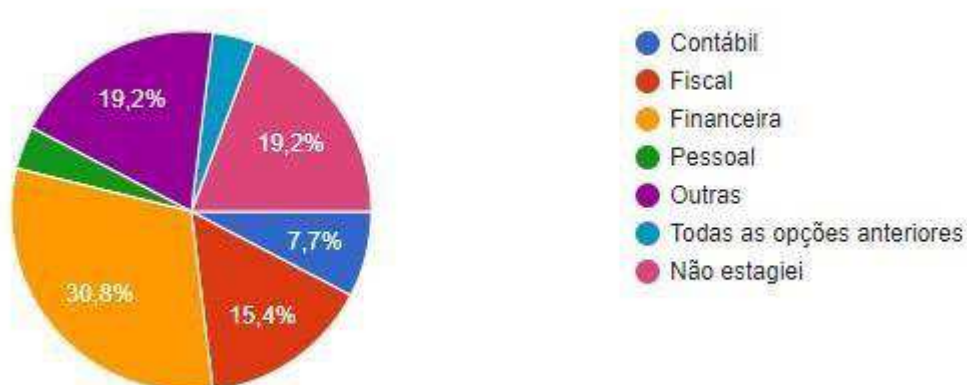
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Considerando os 44 alunos que responderam à pesquisa, todos declararam que ainda não fizeram o Enade. Devido à pandemia do corona vírus, não houve aplicação de prova do Enade no ano de 2020, porém de acordo com o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a prova está prevista para novembro de 2021.

Foi perguntado aos estudantes se eles estão estagiando e, em caso positivo, em qual área.

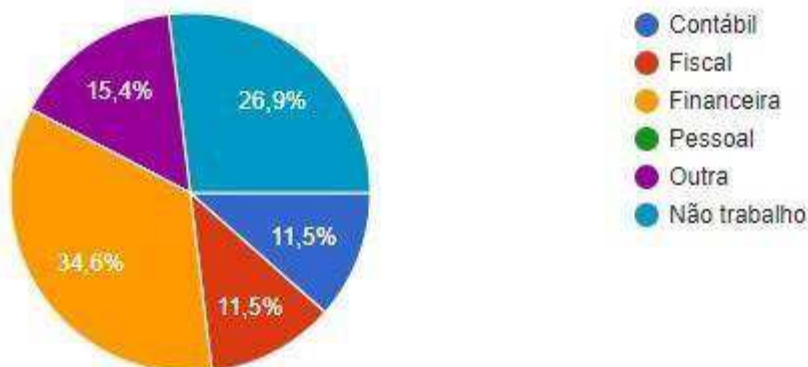
Gráfico 6: Estágio e área de estágio

A pesquisa demonstrou que a maior parte dos estudantes já estagiaram na área financeira, com o percentual de 30,8%. Seguindo de 15,4% que estagiaram na área fiscal, 7,7% na área contábil, 19,2% em outras áreas e 19,2% não estagiaram.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Gráfico 7: Atualmente trabalha na área? Qual segmento?

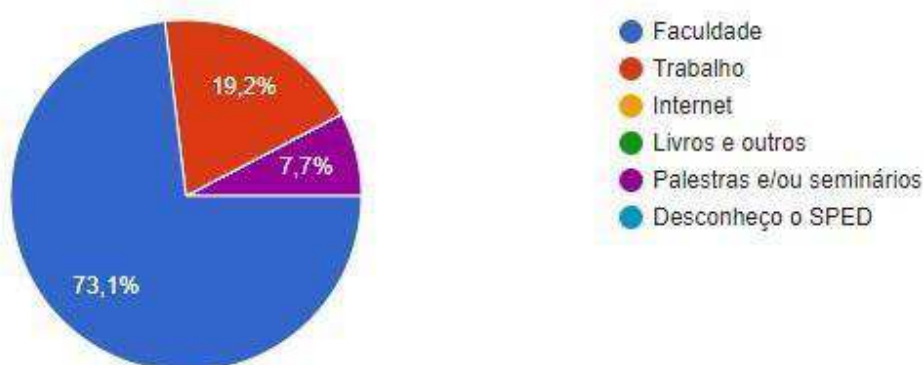


Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

A pesquisa demonstra que a maior parte dos estudantes (34,6%) trabalha, atualmente, na área financeira. Seguido de 15,4% que trabalham em outras áreas, 26,9% não trabalham, 11,5% na área fiscal e 11,5% trabalham na área contábil.

Os questionamentos abaixo foram elaborados buscando identificar a percepção do respondente em relação ao SPED e sua utilização.

Gráfico 8: Já ouviu falar do SPED? Em qual segmento?

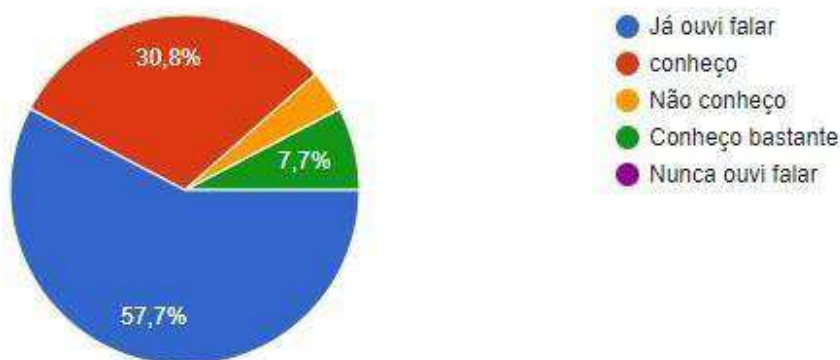


Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

O gráfico mostra que a maior parte dos alunos, 73,1%, ouviram falar do SPED na instituição de ensino. Isso mostra a importância das instituições na abordagem da temática, pois trata-se de um preparo para o mercado de trabalho. 7,7% informaram que ouviram falar do SPED por meio de palestras ou seminários e 19,2% no seu

ambiente de trabalho. Ressalte-se que nenhum dos alunos marcou opção que desconhece sobre o assunto.

Gráfico 9: Qual nível de conhecimento sobre SPED?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Em uma amostra de 44 alunos, 57,7% disseram que já ouviram falar sobre o SPED, 30,8% informaram que conhece e 7,7% disseram que conhece bastante. É importante e 3,8% disseram que não conhece.

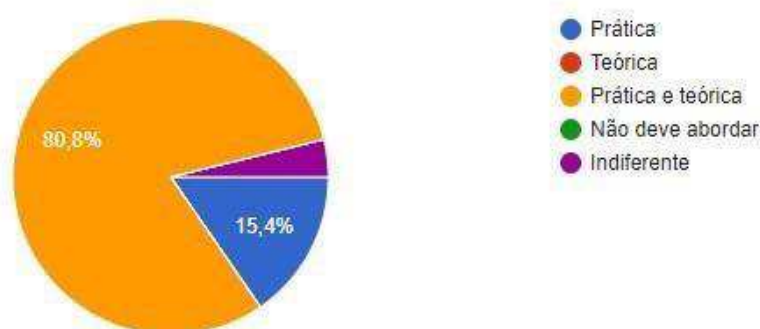
Gráfico 10: De que forma o tema foi abordado na instituição?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

A maior parte dos alunos, 57,7%, responderam que conheceram o SPED na instituição através de abordagem dos conteúdos pelos professores e durante as aulas. 26,9% informaram que na instituição foi abordado através de palestras e seminários, 7,7% responderam que o tema não foi abordado.

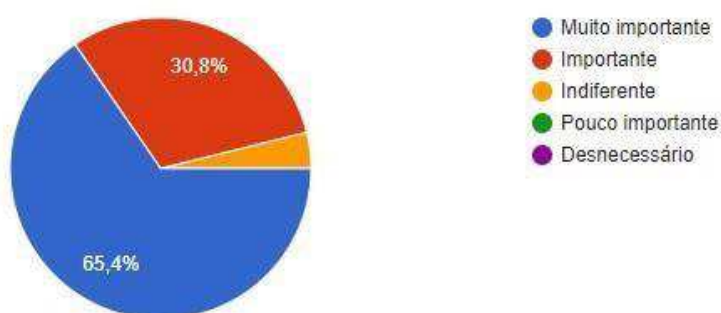
Gráfico 11: Na sua visão, de que forma a instituição deveria abordar os assuntos relacionados ao SPED?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Os estudantes, no percentual de 80,8%, responderam que preferem a abordagem do SPED seja feita, na instituição, de forma prática e teórica. 15,4% responderam que preferem que seja abordado na prática e 3,8% foi indiferente. Dessa forma, é perceptível que os alunos preferem a junção da prática e teoria. Essa pesquisa é importante para angariar informações para às instituições de ensino entenderem o pensamento dos alunos acerca da temática.

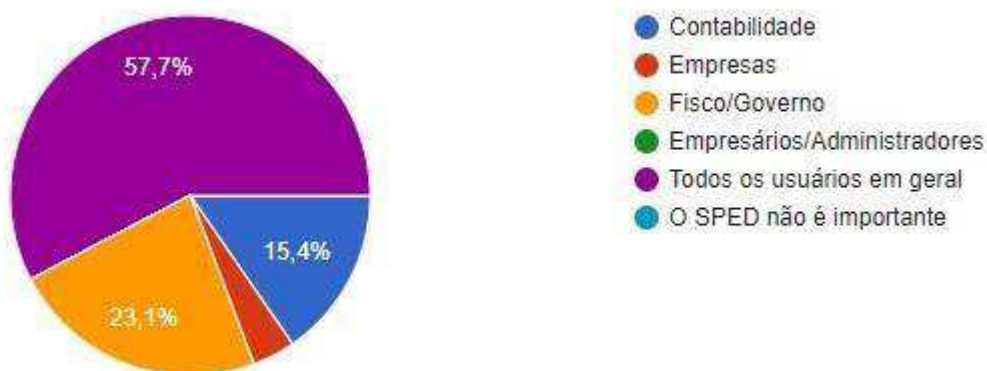
Gráfico 12: Você acha importante conhecer o Sistema Público de Escrituração Digital?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

No que concerne à importância do SPED, 65,4% dos respondentes acreditam que é muito importante, 30,8% responderam que é importante, e 3,8% foram indiferentes.

Gráfico 13: Para quem você considera mais importante o Sistema de Escrituração Digital?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

De acordo com os respondentes, (57,7%) informaram que o SPED é importante para todos os usuários em geral, 23,1% responderam que é importante para o Fisco/Governo, 15,4% disseram que o SPED não é importante e 3,8% informaram que o SPED é importante para as empresas.

O próximo grupo de perguntas buscou evidenciar, através de perguntas sobre o SPED, se os respondentes realmente conhecem sobre o tema.

Gráfico 14: O SPED é formado por módulos concentrados nas áreas de tributos estaduais, federais, obrigações sociais e contábeis. Qual das opções faz parte dos módulos SPED?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Ao partir para conhecimentos específicos relacionados ao SPED, foi questionado qual das opções estava correta acerca dos módulos do SPED. Apenas 38,5% dos respondentes acertaram, já que faz parte dos módulos do SPED a NF-e, Escrituração Contábil Digital, EFD Contribuições e EFD ICMS e IPI.

Gráfico 15: Qual das alternativas abaixo está mais próxima dos objetivos do SPED?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Ainda em conhecimentos específicos acerca do SPED, 73,1% responderam que o objetivo mais próximo do sistema é promover a integração dos fiscos, enquanto que 26,9% responderam que o sistema facilita as informações para o Governo. Dessa forma, 73,1% dos respondentes acertaram, visto que o promove a integração dos fiscos, mediante padronização e compartilhamento de informações fiscais.

Gráfico 16: Os livros fiscais físicos de registro de entradas, saídas e inventário foram substituídos, no SPED, pela(o):

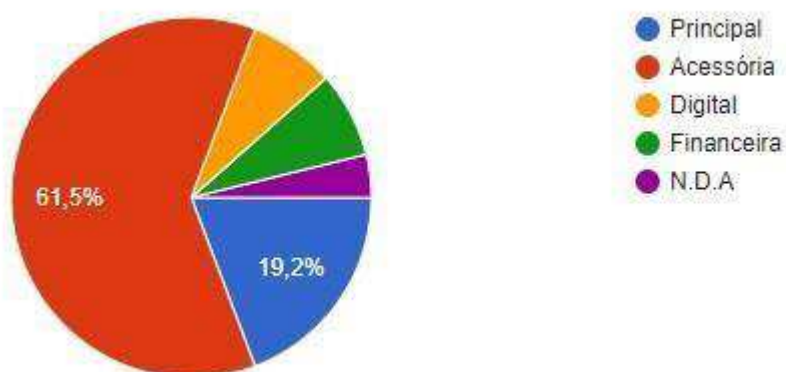


Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

No percentual de 57,7% os alunos acertaram quando foram questionados sobre a substituição do livro fiscal físico no SPED, onde responderam que seria a Escrituração Fiscal Digital. 30,8% dos alunos responderam que era a Escrituração

Contábil Digital, 7,7% informaram que a substituição se deu por um sistema financeiro.

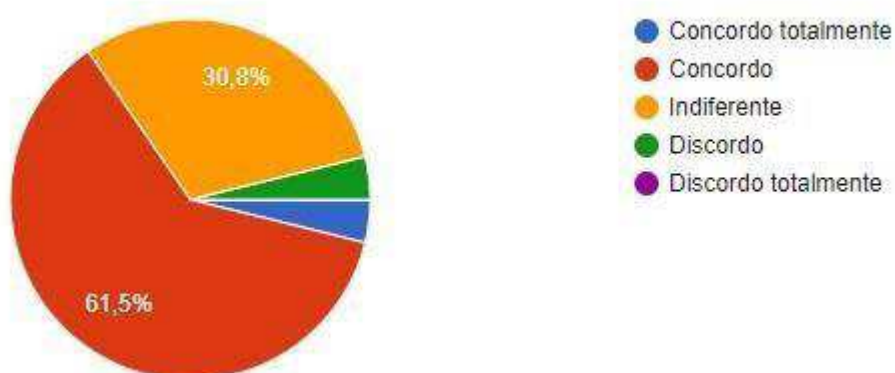
Gráfico 17: Qual o tipo de obrigação o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é considerado?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Com relação ao tipo de obrigação do SPED, 61,5% acreditam que é a obrigação acessória, seguindo de 19,2% dos respondentes que acreditam ser principal. Dessa forma, os 61,5% acertaram a pergunta, pois trata-se de uma obrigação acessória.

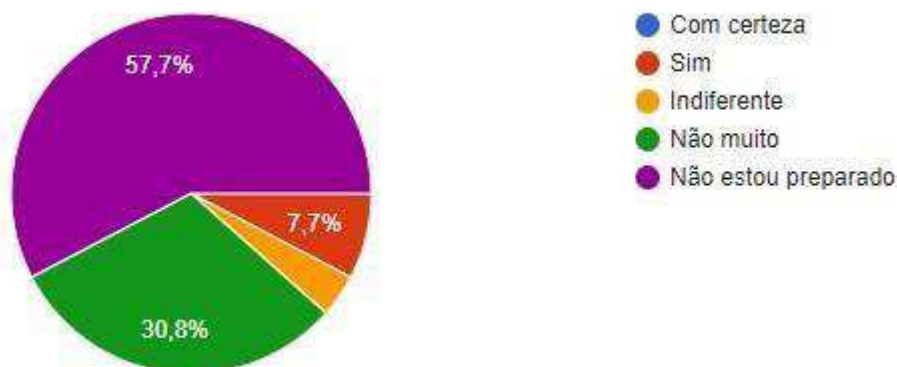
Gráfico 18: A implementação do SPED viabilizou a redução de custos administrativos relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias (custo de conformidade).



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Já em relação a redução de custos administrativos que o SPED trouxe ligados ao cumprimento das obrigações acessórias, 61,5% concordam com essa redução, já 30,8% responderam que seria indiferente.

Gráfico 19: Você sente-se preparado para trabalhar com a dinamicidade do SPED?



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados pesquisados, 2021.

Considerando a amostra de 44 alunos, estudantes do último ano, que responderam à pesquisa, 57,7% responderam que não estão preparados para trabalhar com o sistema. 30,8% disseram que não estava muito preparado, e 7,7% informaram que estão preparados.

Dessa maneira, a pesquisa ainda mostra que 57,7% dos respondentes apenas ouviram falar do SPED, e somente 30,8% o conhece. Verificou-se que apenas 38,5% dos alunos, quando questionados sobre os módulos do SPED, acertaram a alternativa. Dada a importância do sistema, atualmente, no cenário contábil, se faz necessário que a instituição de ensino ofereça maior informação acerca dessa forma de escrituração. Durante a pesquisa, 80,8% dos alunos responderam que preferem a junção da aula prática e teórica em relação ao SPED. Com essa informação indispensável, a instituição precisa levar em consideração a vitalidade dessa ferramenta para os futuros contadores, e abordar com mais veemência, bem como disponibilizar na prática como os estudantes irão lidar com esse mecanismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova era digital trouxe para a contabilidade muitas mudanças significativas. Na história da contabilidade, o desenvolvimento não se restringe apenas à forma da escrituração, mas também se relaciona a evolução do pensamento contábil com o passar dos anos. Devido a esse processo evolutivo, e para tornar o procedimento contábil cada vez mais hábil e crescente junto à tecnologia, o Governo Federal criou o Sistema Público de Escrituração Digital.

Para tanto, com o intuito de analisar o nível de conhecimento dos formandos do curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Alagoas, na cidade de Maceió, desenvolveu-se a presente pesquisa. Por meio dessa pesquisa, ficou perceptível que muitos alunos não estão preparados para lidar com o SPED no mercado de trabalho e, possivelmente, precisarão de uma qualificação. Cerca de 57,7% dos alunos que responderam à pesquisa, informaram que não estão preparados, considerando que esse sistema se tornou uma ferramenta indispensável para que os órgãos fiscalizadores obtenham as informações fiscais. Durante o trabalho, foi possível responder aos objetivos propostos, permitindo assim identificar as dificuldades encontradas no processo, em relação a um profissional mal-informado sobre o SPED, bem como, os benefícios dessa implantação.

É indispensável que os formandos em ciências contábeis estejam atentos às modificações que ocorrem com frequência no processo de escrituração contábil, pois a realidade tecnológica exige, cada vez mais, que os profissionais estejam capacitados, a fim de atender os anseios da empresa de manter a padronização de informações aos órgãos fiscalizadores, bem como apto ao mercado de trabalho. Considerando que o SPED é uma exigência do fisco, possibilitou ao profissional contábil, por exemplo, a passagem de informação mais eficiente e prática, evitando, por exemplo, retrabalhos e perda de tempo digitalizando os dados gerados.

Evidencia-se, portanto, que as instituições precisam dar mais ênfase acerca do SPED nas salas de aulas. Por sua vez, as abordagens precisam conter um misto de conhecimento teórico, por meio de palestras ou seminários, mas também de forma prática, principalmente com os alunos que estão cursando o último ano do curso. Foi perceptível verificar a carência de muitos alunos em relação a esse tema, que por

sinal, é de muita importância para as empresas, a fim de ser mantida transparente e padronizada as informações fiscais e contábeis.

Para os futuros trabalhos acerca do Sistema Público de Escrituração Digital, recomenda-se que sejam contínuas as pesquisas, a fim de o SPED ser mais explorado na prática nas instituições de ensino. Desse modo, é sugerido que sejam realizadas pesquisas nas universidades públicas e particulares, bem como nos escritórios de contabilidade, a fim de analisar a visão dos empresários em relação aos formandos do curso de ciências contábeis que estão sendo colocados no mercado de trabalho considerando o conhecimento sobre o SPED.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS, **Secretaria da fazenda do Estado de**. Disponível em: <<http://www.sefaz.al.gov.br/noticia/item/2803-instrucao-normativa-da-sefazalagoaodispensa-obrigacoes-acessorias-especificas>> Acesso em 28 de Fevereiro de 2021.
- ALMEIDA, José Elias Feres de; CARDOSO, Ricardo Lopes; RODRIGUES, Adriano; ZANOTELI, Eduardo José. **Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- BATISTA, Emerson de Oliveira. **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: O USO CONSCIENTE DA TECNOLOGIA PARA O GERENCIAMENTO**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BARUFFI, H. **Metodologia da pesquisa: manual para elaboração de monografia**. Doutorados (MS): 4. ed. Dourados: Hbedit, 2004.
- BRASIL, Receita Federal - SPED – **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/>> Acesso em: 03 de janeiro de 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm> Acesso em: 04 de Março de 2021.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Decreto nº 6.022**, de janeiro de 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12297/sistema-publico-de-escrituracao-digital-sped>>. Acesso em: 04 de janeiro 2020
- CASTRO, M. G. SPED – **Sistema Público de Escrituração Digital**. SPED – Digital Book keeping System. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/10_86.pdf Acesso em: 11 de janeiro de 2020
- CAMPOS, Saulo José de Barros. **Competências necessárias à implementação eficaz do SPED: percepção dos operadores da contabilidade do RN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012. 183 p.
- COELHO, CASSIUS REGIS ANTUNES. **Como o SPED está mudando a relação das empresas com o fisco, contadores e sociedade**. Disponível em: <<https://cfc.jusbrasil.com.br/noticias/3059515/como-o-sped-esta-mudando-arelacaodas-empresas-com-o-fisco-contadores-e-sociedade>> Acesso em: 02 de janeiro de 2020
- CONFAZ, Ministério da Economia. **AJUSTE SINIEF Nº 09, 25 DE OUTUBRO DE**

2007. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2007/AJ_009_07> Acesso em 22 de maio de 2021.

CRUZ, N. V. S. et al. **O impacto da tecnologia da informação no profissional contábil.** Disponível em: <<http://www.eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/218.doc>> Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

DUARTE, Roberto Dias. **O Brasil na Era do Conhecimento.** São Paulo: Ideas@work, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil.** São Paulo: Quanta, 2008.

Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n.37, 22 jan. 2007.

FERREIRA, Leonardo R. **A importância das informações no processo de tomada de decisões.** Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/aimportanciadas-informacoes-no-processo-de-tomada-de-decisoes>> Acesso em 06 de Janeiro de 2020.

FEDERAL, Receita. **Portal do Sistema Público de Escrituração Digital.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

FEDERAL, Receita. **Portal do Sistema Público de Escrituração Digital - ECF.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pastalegislação/show/442>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

FEDERAL, Receita. **Portal do Sistema Público de Escrituração Digital- ECD.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pastalegislação/show/492>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

FEDERAL, Receita. **Portal do Sistema Público de Escrituração Digital- ECD.** Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&i dAto=88912>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Felipe. **Descomplicando o SPED: aspectos operacionais do Sistema Público de Escrituração Digital.** 2.ed.— Fortaleza: Fortes, 2019.312p. (livro eletrônico).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1997
IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial.** 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANO, Paulo Antônio; AZEVEDO, Osmar Reis. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

MARTINS, Kleber; SCHLEMPER, Scheyla; SCHUTZ, Tamiris Cristina; BRAUN, Alfredo Lohn. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): como as principais universidades da grande Florianópolis estão preparando os acadêmicos para a era digital da contabilidade?** Revista Científica da FAEX. Ed. 10, 2016.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.158-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm> Acesso em: 03 de janeiro de 2020

MOMM, Luiz Cláudio. **Projeto Educação Continuada: Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Fiscal Digital e as últimas alterações na Legislação**. Florianópolis, 2008.

NASAJON, Cláudio; SANTOS, Eunice. SPED e NF-e: **Vem cá, que a gente explica**. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/18004173-Sped-e-nf-e-vem-ca-queagente-explica.html>> Acesso em: 25/02/2020.

NASCIMENTO, G. C. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital sem armadilhas**. São Paulo: Trevisan Editora, 2013.

OCDE, **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/ctp/america-latina-e-o-caribe-a-receitatributariatem-ligeiro-crescimento-mas-permanece-bem-abaixo-dos-niveis-daocde.htm>> Acesso 06 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, T. M. V. **Escala de Mensuração de Atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert**. FECAP. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Administração On Line (2001). Disponível em: <https://www.fecap.br/adm_online/> Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

PASA, Eduardo Cesar. **O USO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NA CONTABILIDADE**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/24076/ouso-de-documentos-eletronicos-nacontabilidade>> Acesso em: 04 de janeiro de 2020

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Conheça o SPED**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/966>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: < www1.receita.fazenda.gov.br/Sped >. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução normativa RFB nº 1571, de 02 de julho de 2015**. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=65746>> Acesso em 22 de maio 2021.

REICHERT, N. S. **Implantação do EFD Social para os Profissionais de Escritório de Contabilidade**. 2015. p.06. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Regional Unijuí, 2015.

ROCHA, Stephanie Kalynka; CARVALHO Fernando Nitz de. **ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL**. Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC. Florianópolis, V.11. n. 31, p. 23-36, 2012.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**, 2007. Disponível em: <http://www.hugoribeiro.com.br/bibliotecadigital/Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf> Acesso em: 21 de Fevereiro de 2020.

RODRIGUES, A. K. S. **O profissional contábil e as exigências do mercado de trabalho no município de Juína**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade do Vale do Juruema, Juína, 2009.

SAITO, M. A. C; ABEL, D. **A importância do profissional da área fiscal frente às novas tecnologias da escrituração fiscal digital**. Organizações e Sociedade 4.1: 36-46. 2015. Publicado em Revista Eletrônica Organizações e Sociedades.

SASSO. et al (2011). **O SPED e Seus Reflexos na Profissão Contábil**. Campo Mourão, PR, 2011.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Lazar Leslie. **Comportamento do consumidor**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

SILVA, M.V. P; MOURA, I.J. L de. **Perspectivas da profissão contábil no Brasil**. 2001, 2003. Publicado em Portal da Classe Contábil.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo, Atlas, 2003.

SILVEIRA, A. **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 2. ed. Blumenau: EDIFURB, 2004.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. Editora Atlas, 2009.

WALTER, J. P; RIBEIRO, O. D. J. **Sistema público de escrituração digital e nota fiscal eletrônica: O Brasil evoluindo com o contribuinte**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/17208597-Sistema-publico-de-escuracao-digital->

[enotafiscal-eletronica-o-brasil-evoluindo-com-o-contribuinte.html](#)> Acesso em: 04 de janeiro de 2020.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

**APÊNDICE A – Questionário Sobre a Análise da Percepção dos Estudantes do
Curso de Ciências Contábeis da UFAL Sobre o SPED – Sistema Público de
Escrituração Digital: Campus Maceió**

Parte I: Perfil dos respondentes

1. Idade:

- a) 16 a 20 anos
- b) 21 a 25 aos
- c) 26 a 30 anos
- d) 31 a 35 anos
- e) Mais de 35 anos

2. Sexo:

- a) Masculino
- b) Feminino

3. Em qual turno você estuda?

- a) Diurno (manhã ou tarde)
- b) Noturno
- c) Diurno Integral
- d) Diurno e noturno

4. Qual período está cursando?

- a) 7º Período
- b) 8º Período
- c) 9º Período
- d) 10º Período

5. Fez o ENADE?

- a) Sim
- b) Não

6. Já estagiou? Em qual área?

- a) Contábil
- b) Fiscal
- c) Financeira
- d) Pessoal
- e) Outras
- f) Todas as opções anteriores
- g) Não estagiei

7. Atualmente, trabalha em qual área da contabilidade?

- a) Contábil
- b) Fiscal
- c) Financeira
- d) Pessoal
- e) Outra
- f) Não trabalho

Parte II: Conhecimentos específicos da pesquisa

8. Já ouviu falar sobre o SPED? Em qual dos segmentos?

- a) Faculdade
- b) Trabalho
- c) Internet
- d) Livros e outros
- e) Palestras e/ou seminários
- f) Desconheço o SPED

9. Qual o nível de conhecimento sobre o SPED?

- a) Já ouvi falar
- b) conheço
- c) Não conheço
- d) Conheço bastante
- e) Nunca ouvi falar

10. De que forma o tema é abordado na faculdade?

- a) Palestras e Seminários
- b) Disciplina específica que trata do envio de declarações e afins - prática em laboratório
- c) Durante as aulas e abordagem dos conteúdos
- d) Mini curso
- e) Não é abordado

11. Na sua visão, de que forma a graduação deveria abordar os assuntos relacionados ao SPED?

- a) Prática
- b) Teórica
- c) Prática e teórica
- d) Não deve abordar
- e) Indiferente

12. Você acha importante conhecer o Sistema Público de Escrituração Digital? a)

Muito importante

- b) Importante
- c) Indiferente

- d) Pouco importante
 - e) Desnecessário
13. Para quem você considera mais importante o Sistema de Escrituração Digital? a)
- Contabilidade
 - b) Empresas
 - c) Fisco/Governo
 - d) Empresários/Administradores
 - e) Todos os usuários em geral
 - f) O SPED não é importante

Parte III: Conhecimentos específicos sobre o SPED

14. O SPED é formado por módulos concentrados nas áreas de tributos estaduais, federais, obrigações sociais e contábeis. Qual das opções faz parte dos módulos SPED?
- a) SPED Financeiro, Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital, EFD ICMS IPI
 - b) Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital, EFD Contribuições, EFD ICMS IPI
 - c) SPED Contábil, Nota Fiscal de Importação, Nota Fiscal Eletrônica, ECD, EFD ICMS IPI
 - d) Nota Fiscal Eletrônica, Nota Fiscal de Exportação, EFD Contribuições, EFD ICMS IPI
 - e) N. D.A
15. Qual das alternativas abaixo está mais próxima dos objetivos do SPED?
- a) Promover a integração entre funcionários
 - b) Utilizar menos papéis
 - c) Analisar a parte financeira e Econômica das empresas, respeitadas as restrições legais
 - d) Facilitar as informações para o Governo, mediante padronização das informações
 - e) Promoção da integração dos fiscos, mediante padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais
16. Os livros fiscais físicos de registro de entradas, saídas e inventário foram substituídos, no SPED, pela(o):
- a) Conhecimento de transporte eletrônico
 - b) E-lalur
 - c) Escrituração Fiscal Digital
 - d) Escrituração Contábil Digital
 - e) Sistema Financeiro

17. Qual o tipo de obrigação o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é considerado?
- a) Principal
 - b) Acessória
 - c) Digital
 - d) Financeira
 - e) N.D.A
18. A implementação do SPED viabilizou a redução de custos administrativos relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias (Custo de conformidade).
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Indiferente
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
19. Você sente-se preparado para trabalhar com a dinamicidade do SPED?
- a) Com certeza
 - b) Sim
 - c) Indiferente
 - d) Não muito
 - e) Não estou preparado